

Biblioteca especializada, gibiteca e arquivo:

sentidos de poder e interdição

Soraya Maria Romano Pacífico

Como citar: PACÍFICO, S. M, R. Biblioteca especializada, gibiteca e arquivo: *sentidos de poder e interdição*. In: SILVA, R. C.; CALDAS, R. F. (org.).

Bibliotecas e hibridez. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 115-136. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-88-0.p115-136>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

BIBLIOTECA ESPECIALIZADA, GIBITECA E ARQUIVO: SENTIDOS DE PODER E INTERDIÇÃO¹

Não há dominação sem resistência:
primado prático da luta de classes, que
significa que é preciso “ousar se revoltar”.
(Michel Pêcheux. *Semântica e Discurso:
uma crítica à afirmação do óbvio.*)

Michel Pêcheux, no texto *Ler o Arquivo hoje*, discute
questões que envolvem a análise dos
discursos, textos e arquivos, interrogando
sobre as relações entre o aspecto histórico
e psicológico (“linguageiro” no sentido
amplo) ligado à leitura de arquivo [...].
(PÊCHEUX, 1997, p. 55).

Nesse texto, o autor problematiza o poder conferido
a alguns e negado a outros de realizar leituras e produzir
sentidos, criticando o modo como certos “grupos, escolas
e até igrejinhas” (idem, p. 56) tomam para si os gestos de
leitura, práticas que têm origem desde a Idade Média, as quais
marcam uma divisão nos processos de leitura dos arquivos e,
consequentemente, nos modos da escritura, ou seja:

[...] a divisão começou no meio dos
clérigos, entre alguns deles, autorizados a
ler, falar e escrever em seus nomes (logo,
portadores de uma leitura e de uma obra
própria) e o conjunto de todos os outros,
cujos gestos incansavelmente repetidos (de

¹ Agradeço a interlocução e as contribuições de Ludmila Ferrarezi para a construção deste capítulo.

cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc) constituem também uma leitura, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento através da instituição que o emprega:[...] sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÉCHEUX, 1997, p. 57).

A citação nos interessa, neste capítulo, para refletirmos sobre o funcionamento das bibliotecas especializadas e as gibitecas. As perguntas que nos movem, são: O que é uma biblioteca especializada? Quem tem direito a produzir discursos sobre o que pode (quais livros, quais autores) ou não circular nesse lugar? Os gibis podem constituir uma biblioteca especializada e ganharem lugar de prestígio nesse espaço documental? Para responder, ou ao menos levantar a poeira que paira sobre essas questões, temos como fundamentação teórica a Análise do Discurso fundada por Pêcheux, em 1969, autor que abre nosso texto e que concebe o discurso como efeito de sentido produzido pelos interlocutores, conceito que norteará nosso escrito.

Antes de prosseguirmos, faz-se pertinente anteciparmos um ponto fundamental. É esperado que, pelo fato de estarmos tratando de biblioteca, a nomeação arquivo seja muito usada; contudo, precisamos destacar que, “arquivo”, aqui, não se refere ao modo como os documentos são armazenados e catalogados nas bibliotecas. Estamos nos referindo ao arquivo, sob o ponto de vista da Análise do Discurso, tal qual entendido por Pêcheux (1997, p. 57), “no sentido amplo como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

1 DISCURSOS SOBRE BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

De acordo com Salasário (2000), no início do século XXI ainda era difícil encontrar na literatura nacional algo novo sobre conceituação de bibliotecas especializadas. Após quase vinte anos, o cenário não mudou muito. A autora (idem), ao escrever sobre os objetivos, funções e os conceitos de informação das Bibliotecas Especializadas associados ao trabalho desenvolvido na Biblioteca do Laboratório de Mecânica de Precisão - LMP da Universidade Federal de Santa Catarina, constatou que durante a década de noventa, do século XX, houve pequena produção de estudos sobre bibliotecas especializadas, com exceção dos estudos voltados às bibliotecas eletrônicas. Segundo essa pesquisadora, podemos encontrar três princípios teóricos relacionados ao conceito de biblioteca especializada: “os que tratam do acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; os que falam do tipo de usuário que a frequenta; os que colocam o tipo de acervo associado ao tipo de usuário” (SALASÁRIO, 2000, p. 105).

No tocante ao acervo como fator principal da diferença entre as bibliotecas especializadas e as demais, Salasário (2000) cita Ashworth (1967, p. 632) que diz:

A biblioteca especializada é uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular. Inclui também coleções de uma espécie particular de documentos.

Para Cezarino (1978, p. 238 apud SALASÁRIO, 2000, p. 106):

As bibliotecas especializadas são unidades pertencentes a instituições governamentais,

particulares ou associações formalmente organizadas com o objetivo de fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita, em um campo específico de assunto.

Pêcheux e Gadet (2011), em *La Langue introuvable*, criticam a ilusão de que os sentidos de um enunciado podem ser controlados por meio do processo de enunciação, e escrevem: “Contra o narcisismo da comunicação bem-sucedida, tentamos afirmar o valor político e histórico da falha” (PÊCHEUX; GADET, 2011, p. 105). Os autores defendem que a língua é sujeita à falha, ao equívoco; logo, os sentidos das palavras sempre podem ser outros, a depender da posição discursiva ocupada pelos interlocutores. Com base na equivocidade constitutiva da linguagem, portanto, na sua não transparência, sustentamos nossa interpretação em relação ao uso do adjetivo “relevante” na citação de Cezarino, em que se lê “fornecer ao usuário a informação relevante de que ele necessita”. O que significa relevante? Em uma rápida consulta ao dicionário *online* da Língua Portuguesa² encontramos: *adjetivo de dois gêneros. 1. Que tem relevo, que tem importância; 2. Que se salienta, que sobressai; 3. De grande valor ou interesse; 4. Substantivo masculino: o essencial, o indispensável.*

Se considerássemos a língua em sua transparência, não sujeita a falhas, tampouco sujeita à posição que o falante ocupa ao colocá-la em funcionamento, poderíamos dizer que o acervo para as bibliotecas especializadas é constituído, “logicamente”, por um campo de documentos muito importantes para o usuário. No entanto, com base na Análise do Discurso, teoria que não se dobra às evidências do sentido, posto que ela considera que a história, a luta

2 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/relevante/>.

de classes e o funcionamento da ideologia afetam a língua, não podemos deixar de trabalhar por entre a opacidade das palavras e dos sentidos e, assim, duvidamos da lógica ilusória da formulação de Cezarino e questionamos: Quem tem o poder de dizer que as informações que circulam no acervo da biblioteca especializada são relevantes? Quem tem o poder de decidir quais sentidos eleger como sendo de “grande valor ou interesse” para o usuário? Quem tem o poder de projetar a imagem do que seria um usuário de uma biblioteca especializada e, a partir dessa projeção imaginária, selecionar o que interessa a um usuário X?

Para Pêcheux (1993, p. 82),

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Esse jogo de formações imaginárias (PÊCHEUX, *idem*) e de poder sustenta a construção das bibliotecas especializadas e nos remete àquilo que Pêcheux já anunciava em seu texto, escrito no início da década de 1980, sobre o direito de uns (poucos) a produzir sentidos. Segundo o fundador da Análise do Discurso:

Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são “literatos” (historiadores, filósofos, pessoas das letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos. (PÊCHEUX, 1997, p. 56).

Suscitar essas indagações faz-se pertinente porque, o empreendimento da Análise do Discurso, segundo Pêcheux

(2011, p. 151, grifo nosso) é “Levar a sério a noção de *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica”. A nosso ver, “levar a sério” a construção de sentidos, materializada em dada formação discursiva (que determina o que pode e deve ser dito, em determinado contexto sócio-histórico, conforme Pêcheux (1993) é responsabilidade dos sujeitos que ocupam a posição de analistas do discurso, de professores, de pesquisadores, de bibliotecários e de tantos profissionais que têm o campo da língua(gem), do discurso, da leitura e da escrita como objeto de estudo e pesquisa.

Esse percurso que estamos traçando não tem a pretensão de dar respostas; ao contrário, pretende expor o leitor à opacidade dos sentidos e provocar-lhe gestos de interpretação, pois, se há uma divisão social da constituição e da leitura do arquivo é porque alguém determina o que outrem deve e pode ler. Isso implica, também, que alguém determina quais áreas de estudo e pesquisa merecem uma biblioteca especializada, cujo acesso não precisa ser para todos. Oliveira (2013), ao pesquisar sobre bibliotecas especializadas jurídicas assevera que a biblioteca especializada tem o acervo como ponto nodal, pois,

[...] necessita estar sempre seletivo, atualizado, personalizado, especializado e não aberto ao público em geral, ao contrário das bibliotecas públicas, escolares e universitárias nas quais os acervos encontram-se diversificados porque atendem diferentes áreas do conhecimento. (OLIVEIRA, 2013, p. 16).

A pesquisa de Oliveira já nos antecipa que o campo jurídico merecer uma biblioteca especializada, considerando-se o lugar de poder e de prestígio construído, socialmente, para a área jurídica. Certamente, a área da Medicina

também deve ter sua biblioteca especializada. E na área da Educação, qual literatura pode ser considerada “essencial” para constituir uma biblioteca especializada? Quais autores? Quais títulos? Qual o acervo? Quem é o usuário imaginado para frequentar uma biblioteca especializada em Letras, Letramento, Alfabetização, por exemplo? Podem, poderão, ou poderiam, as gibitecas serem consideradas bibliotecas que funcionam como agências de letramento para os sujeitos-alunos da Escola Básica?

Sabemos que as escolhas lexicais não são neutras, tampouco a direção argumentativa do discurso. Desse modo, a história dos sentidos pode nos ajudar a interpretar as questões que levantamos, muito mais, talvez, que nos ajudar a encontrar respostas.

2 DISCURSOS SOBRE A GIBITECA

Em entrevistas com sujeitos-alunos que frequentam o Ensino Fundamental, na região de Ribeirão Preto - SP, tivemos acesso a sentidos que eles produziram sobre leitura. Ao perguntarmos se eles preferem ler textos ou palavras isoladas, eles responderam textos. Ao perguntarmos de qual tipo de texto eles mais gostam, eles responderam gibi. Nosso foco, no momento da pesquisa, não era refletir sobre o papel das bibliotecas; refletíamos, na época, sobre a constituição do sujeito-leitor nos anos iniciais de escolarização. Analisamos sentidos sobre leitura construídos por sujeitos-alunos do segundo ano do Ensino Fundamental (EF), a fim de observar se a formação discursiva dominante sobre leitura, qual seja, a de que as crianças não gostam de ou não sabem ler e escrever, nos anos iniciais de alfabetização, sustenta-se, ou não, na voz

desses sujeitos (ARAÚJO; PACÍFICO; ROMÃO, 2011).

Hoje, ao trazermos esses dados para este texto que versa sobre biblioteca, objetivamos colocar em discurso uma questão um tanto quanto polêmica, qual seja: poderiam as gibitecas funcionar como bibliotecas tão valorizadas quanto as especializadas, destinadas, especialmente, ao público infantil que está aprendendo a ler e a escrever? Seriam esses usuários, ou melhor, como preferimos nomeá-los, sujeitos-leitores considerados importantes para as instituições, para as empresas, para as políticas públicas, a ponto de haver um reconhecimento desse público e, também, do gibi, ou se preferirem, das Histórias em Quadrinhos (HQ) em comparação ao que se entende por biblioteca especializada?

Segundo Vergueiro (2005), as histórias em quadrinhos enfrentaram muitas dificuldades para serem incluídas nos acervos das bibliotecas devido à falta de reconhecimento como leitura de qualidade e ao discurso que deixava esse gênero discursivo à margem dos estudos científicos. Essa interdição deu-se no tocante às bibliotecas universitárias, bem como às bibliotecas públicas e escolares.

Conforme estamos argumentando, sempre há vozes autorizadas a dizer qual leitura e qual texto podem compor o acervo de uma biblioteca. Nesse sentido, Vergueiro aponta que:

Algumas vezes de maneira consciente, outras por simples inércia, os bibliotecários se recusaram a selecionar os quadrinhos para suas bibliotecas por entenderem que eles não se adequavam aos critérios de qualidade que haviam definido para seus acervos. No entanto, isto não aconteceu porque esses profissionais eram mal intencionados: a prática bibliotecária desenvolve-se no

emaranhado das relações sociais que caracterizam um determinado agrupamento humano e aqueles que atuam em serviços de informação são tão influenciados pelas idéias dominantes na sociedade quanto as pessoas a que servem. (VERGUEIRO, 2005, s/p.).

Entretanto, esse cenário começou a ser reconfigurado, segundo o autor, no início da década de 1980, quando uma instituição pública de Curitiba decidiu fundar a primeira gibiteca, um neologismo que mescla a forma como as revistas de histórias em quadrinhos são tradicional e carinhosamente referidas no país – gibis -, com as unidades de informação - bibliotecas (VERGUEIRO, 1994).

Com o surgimento da Gibiteca de Curitiba, cunhava-se o termo genérico para denominar qualquer biblioteca que colocasse as histórias em quadrinhos como o centro de sua prática de serviço de informação e que seria então utilizado em todo o país. (VERGUEIRO, 2005, s/p.).

Essa iniciativa teve sucesso e, devido à grande frequência dos usuários, outras bibliotecas públicas, no Brasil, também começaram a criar espaços específicos para as gibitecas. Vergueiro (idem) destaca a Gibiteca Henfil, órgão do Departamento de Bibliotecas Infanto-Juvenis da Secretaria de Cultura do município de São Paulo, inaugurada em 1991 e possuía, naquela época, o maior acervo do país, com mais de 100 mil exemplares.

Retomando Pêcheux (1997), é importante ressaltar que *Ler o arquivo hoje* foi escrito em uma época cujo prenúncio da informática lançava seus lampejos pelo mundo, lampejos aos quais Pêcheux não foi indiferente. Naquele momento, o teórico que se inquietava com as questões da leitura e da interpretação,

dedicou atenção especial ao “fosso da incompreensão” criado pelos cientistas em relação à reorganização do trabalho da leitura com a chegada da linguagem artificial, que se dá pelo funcionamento das máquinas. Ao tratarmos, neste texto, de biblioteca especializada e gibiteca, não nos propomos a refletir sobre a divisão social do trabalho da leitura acentuada com o aparecimento do computador, mas apoiamo-nos em Pêcheux (idem) para observar a divisão social do trabalho da leitura que separa os textos literários e científicos ditos consagrados das histórias em quadrinhos, consideradas, ainda hoje, como uma leitura “menor”.

Apesar de ainda ser assim, as HQ estão ganhando cada vez mais espaço na sociedade contemporânea, inclusive os mangás têm atravessado o mundo e conquistado leitores para além do oriente. Essa mudança de cenário também foi constatada por Araújo; Costa; Costa (2008) que, ao pesquisarem sobre as Histórias em Quadrinhos como recursos didático-pedagógicos usados em sala de aula, observaram que, apesar dos obstáculos ainda existentes em relação à essa temática, muitos docentes, discentes e pesquisadores da área de Comunicação e de Educação estão desenvolvendo pesquisas em torno deste tema, contribuindo para a produção de conhecimento.

Outro trabalho que merece ser destacado é o de Suguimoto, Castilho e Asato (2015) que pesquisaram o trabalho social da Gibiteca Espaço de Cultura como condutor de desenvolvimento local para a comunidade do Jardim Seminário, em Campo Grande – MS. Com essa pesquisa, os autores constataram que a Gibiteca funciona como “espaço multicultural, de inclusão social e geradora de capital social” e asseveram que:

Igualmente nota-se a inclusão de diversos tipos de pessoas na Gibiteca, como adultos, crianças e idosos que frequentam o lugar, o qual oferece diversas atividades socioculturais. Pessoas de outras regiões da cidade se deslocam de carro, ônibus ou moto para poder usufruir do acervo cultural disponível à comunidade em geral. A convivência de diferentes pessoas no mesmo espaço faz com que as mesmas sejam mais solidárias, criem ferramentas eficientes para resoluções de conflitos, o que pode ser empregado em outros ambientes de convivência e grupos diferentes. Inclusão, segundo Oliveira (2004), compreende um conceito de convidar a que se aproximem aqueles que estiverem historicamente excluídos ou deixados de lado. (SUGUIMOTO; CASTILHO; ASATO, 2015, s/p.).

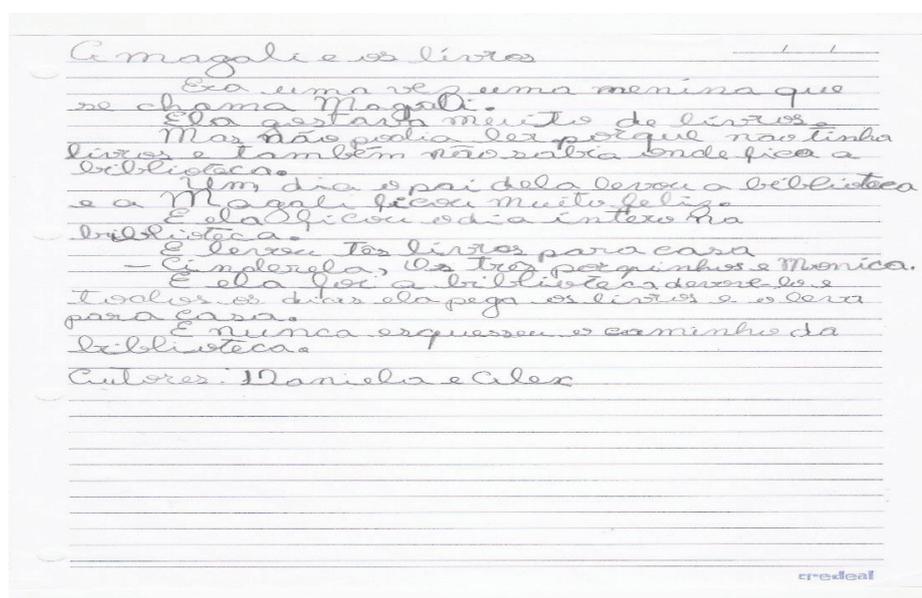
Deparamo-nos com um ponto que consideramos primordial: as gibitecas como espaço de aprendizagem frequentado, muitas vezes, por sujeitos que têm baixo grau de escolaridade e/ou de letramento e buscam, nesses espaços, eventos de letramento que lhes proporcionem desenvolvimento em suas práticas de leitura e escrita.

A nosso ver, o contato, o manuseio e a leitura das HQ feitos pelas crianças constroem eventos de letramento em que valem as práticas sociais de leitura e escrita decorrentes dessa relação leitor/texto. Todavia, não é novidade afirmar que a voz das crianças nem sempre é considerada pelos adultos, especialmente no interior de instituições conservadoras como a escola, a biblioteca, a igreja, a família, dentre outras.

Com o objetivo de escutar o sujeito-criança, porque defendemos a importância dessa escuta, apresentamos, a seguir, um texto produzido por alunos do Ensino Fundamental,

de uma escola pública de Ribeirão Preto. A produção escrita ocorreu após a leitura de vários contos de fada, em sala de aula, em que pesquisadora e alunos leram, interpretaram e argumentaram sobre os efeitos de sentido construídos pelos gestos de leitura (ORLANDI, 1997).

Figura 1 - Produção textual de crianças do Ensino Fundamental



Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos observar, neste texto, os sujeitos-autores marcam a importância do livro para a Magali. Queremos destacar que, após a leitura de muitos livros de literatura infantil, os autores trazem a personagem “Magali”, muito conhecida por fazer parte da *Turma da Mônica*, e a própria “Mônica”, para defenderem a paixão pela biblioteca. Para nós, essa escolha, dentre tantos contos de fada lidos, indicia-nos uma identificação dos sujeitos-alunos, autores do

texto, com as HQ, identificação que não pode ser colocada à margem pelos profissionais da Educação, professores e bibliotecários. Isso, como estamos argumentando, tem implicações para o reconhecimento das leituras que podem ou não fazer parte de um acervo, da relevância, ou não, de bibliotecas ou gibitecas. O que estamos problematizando, desde o início deste texto é: quem tem o direito de legitimar, ou não, determinadas leituras e autores?

Defendemos que, se os sujeitos-alunos se identificam com as HQ, elas devem receber uma atenção das bibliotecas escolares, das bibliotecas públicas e quiçá, serem as gibitecas reconhecidas tal qual merecem reconhecimento as bibliotecas especializadas. Os dados apresentados por Sugimoto, Castilho e Asato (2015) mostram que a faixa etária dos frequentadores da gibiteca que eles pesquisaram é de nove a dez anos (26% e 22% respectivamente), seguidos da faixa de seis e onze anos (13%), doze anos (9%) e, por último, quase que se equivalem ao público das crianças de cinco anos (5%), treze, catorze e dezenove anos (4%).

Esses dados comprovam nossa defesa de que as bibliotecas devem investir em leituras apreciadas por crianças a fim de que esses espaços funcionem para o público infantil como agências de letramento (KLEIMAN, 1995), do mesmo modo que entendemos que as bibliotecas especializadas funcionam como agências de letramento para aqueles que buscam ampliar seus graus de letramento em relação à Medicina, ao Direito, à História da Grécia, por exemplo, dentre todos os campos de estudo possíveis. Isso porque, segundo Kleiman (1995, p. 20), “outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes”. A autora

contrapõe essas outras agências de letramento à instituição escolar, que para ela é a principal agência de letramento e preocupa-se apenas com a alfabetização e não com as práticas sociais de letramento. Consideramos a função social das bibliotecas, por isso argumentamos que elas devem funcionar como agências de letramento que ampliem a atuação dos sujeitos-leitores nas práticas sociais, que se dão, na sociedade contemporânea, essencialmente, por meio da leitura e da escrita.

Ferrarezi e Romão (2008) dão eco a sentidos que, não raro, tendem a ser silenciados quando o tema é biblioteca, pois elas tencionam a formação discursiva dominante que sustenta a necessidade de investimentos para as bibliotecas, a manutenção e atualização do acervo, a necessidade de leituras prazerosas, no caso das bibliotecas escolares. Isso já está posto, já é sabido e é indiscutível; no entanto, não são esses critérios que garantirão a formação de leitores. Segundo as autoras:

Inferimos que a biblioteca pode atuar tanto estimulando a escola e os alunos a adotarem uma prática diferente de leitura, quanto se configurar como um espaço repressor que agrava a situação de coerção praticada na sala de aula, influenciando, assim, na relação que os alunos tem e terão com as bibliotecas em geral, e nos sentidos produzidos sobre ela ao longo de sua vida. (FERRAREZI; ROMÃO, 2008, p. 141-142).

O ponto que deve ser tocado diz respeito ao modo como a leitura e os leitores podem se constituir ou se há uma injunção que determina essa constituição. Voltamos ao ponto de partida, isto é, a biblioteca, seja ela pública, escolar, especializada, gibiteca, enfim, só poderá funcionar como

espaço discursivo – não nos restringimos ao espaço físico-para a formação de leitores se o jogo de projeção imaginária sobre os sujeitos-leitores, autores e obras destinadas às bibliotecas não se sustentar nessa relação desigual de poder, como ocorre até hoje, que inclui e exclui leitores, autores e obras de acordo com aqueles que ocupam os lugares de poder dizer e silenciar.

Na pesquisa de Sugimoto, Castilho e Asato (2015), a Gibiteca de Campo Grande foi construída e administrada pelo gestor Ronilço Cruz de Oliveira, morador do bairro, e gerenciada pela pedagoga Roseli Rodrigues de Almeida.

O grande objetivo do espaço, segundo seu criador Ronilço Cruz de Oliveira, é o de garantir a inclusão social para as crianças por meios da leitura e resgatar sua imaginação criativa. O lúdico faz parte da educação infantil e o gibi passa a ser uma fonte de incentivo para a aprendizagem e inclusão social. (SUGIMOTO, CASTILHO E ASATO, 2015, s/p.).

Esse, provavelmente, seja o principal diferenciador que promove a frequência dos leitores a essa gibiteca, isto é, ser um espaço discursivo de inclusão social, no qual as práticas de leitura e escrita, diretamente ligadas à inclusão social, ocorrem sem as coerções citadas por Ferrarezi e Romão (2008), proporcionando, portanto, aos sujeitos-leitores uma relação prazerosa e significativa com a leitura. Não há uma voz determinando o que pode e deve ser lido, mas sim, um imaginário de sujeito-leitor que pode escolher, criar, brincar, ler, escrever e participar das práticas sociais perpassadas pela leitura e escrita. Importante destacar que segundo Sugimoto, Castilho e Asato (2015), na época da pesquisa a gibiteca contava com vinte mil gibis, livros e computadores à disposição

dos frequentadores desse espaço.

3 BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS E GIBITECAS: ESPAÇO DISCURSIVO DE SUJEITOS E SENTIDOS

Ao pensarmos o espaço constitutivo das bibliotecas, concordamos com Branco (2019, p. 17) em que “a *forma histórica espaço* é determinante da língua e dos sujeitos e, ao mesmo tempo, determinada pela língua e pelos sujeitos de cada espaço específico”, o que nos permite argumentar que os espaços das bibliotecas, sejam elas quais forem, incluindo-se, aqui, as gibitecas, são regulados por questões ideológicas e de poder, o que afeta a constituição dos sujeitos que nelas circulam. Isso significa que as bibliotecas podem provocar nos sujeitos-leitores o sentimento de pertença ou de exclusão à língua, à leitura, à escrita.

Considerando o viés da exclusão, trazemos uma interpretação muito interessante que Chartier (1999) faz ao escrever sobre a “Aventura do livro”, refletindo sobre os livros, a leitura e as bibliotecas em tempos da era digital. O autor aponta, criticamente, que:

Um bom leitor é alguém que evita um certo número de livros, um bom bibliotecário é um jardineiro que poda sua biblioteca, um bom arquivista seleciona aquilo que se deve refugar ao invés de armazenar. Eis aí temas inéditos de nossa época. (CHARTIER, 1999, p. 127).

Podemos interpretar que essa leitura de Chartier encontra eco na formação ideológica dominante na contemporaneidade, isto é, o descarte da informação, da leitura, dos livros é naturalizado pelo efeito da ideologia, pois

vivemos na era da superprodução, do excesso de tudo e da necessidade premente de seleção daquilo que pode e deve, ou não, ser armazenado, posto que o novo está sempre à espera para ocupar o espaço do que, de um dia para o outro, passa a ser considerado velho, ultrapassado, obsoleto. Ao “podar” a biblioteca, o bibliotecário está selecionando aquilo que, a partir de uma formação imaginária julga ser o que pode e deve ser lido, naquele espaço institucional. Como fazer esse recorte se não pela relação de forças que dá a alguns o poder de selecionar e produzir sentidos e a outros a tarefa de repeti-los?

Esse cenário pode contribuir para a criação de bibliotecas especializadas, já que Fonseca (2007, p. 53) argumenta que elas surgiram com o extraordinário desenvolvimento da ciência e da tecnologia. A partir do autor, podemos entender que com a maior produção de conhecimento científico e tecnológico, houve mais rápida forma de divulgação científica; logo, um acúmulo de livros, revistas, folhetos e toda espécie de material a ser catalogado, armazenado, distribuído ou descartado, surgindo ou ampliando-se, assim, as bibliotecas especializadas.

A respeito das Histórias em Quadrinhos, entendemos que, se está havendo um aumento das gibitecas, ou de acervos de gibis nas bibliotecas, isso deve-se, em parte, ao fato de que, como assevera Vergueiro (2005, s/p.):

Muitos bibliotecários brasileiros estão, aos poucos, descobrindo que, para proporcionar melhor serviço aos amantes dos quadrinhos nas gibitecas é necessário conhecer a fundo tanto as características do meio de comunicação de massa como do próprio leitor de quadrinhos, de modo a poder realizar de maneira adequada todas

aquelas atividades que envolvem a seleção, coleta, aquisição, tratamento, disseminação e preservação desses materiais.

Queremos destacar, em consonância ao autor, a necessidade que se impõe ao bibliotecário de conhecer o leitor de quadrinhos, que permaneceu à margem dos espaços de leitura por muito tempo. De modo similar ao que ocorre com o bibliotecário responsável pelas bibliotecas especializadas, que busca conhecer seu público-leitor, essa condição impõe-se para todo bibliotecário, incluindo-se, com o mesmo grau de relevância, os leitores de gibis. O ponto que voltamos a insistir é: qual a imagem construída para e sobre esse ou aquele leitor para que haja maior ou menor grau de importância em relação às obras e autores que podem ou não compor uma biblioteca?

Desde o início deste capítulo, marcamos nossa filiação teórica à Análise do Discurso, por isso, os sentidos sobre biblioteca especializada, gibiteca e arquivo seguiram o curso aqui construído. Segundo Pêcheux:

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando "o" sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do outro). (PÊCHEUX, 1999, p. 14).

Por ser assim, defendemos que os sujeitos-leitores têm o direito de sempre estarem expostos à opacidade dos sentidos, ao discurso outro e ao discurso de um outro,

seja na escola, na biblioteca ou em qualquer agência de letramento ou instância social. Defendemos, também, que todas as leituras são possíveis e que os leitores tenham acesso a uma multiplicidade de textos e sentidos, o que significa problematizarmos a relação de forças que determina quem pode dizer o que deve ou não ser lido, em determinada época histórica, e em determinado espaço.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coracini (2007), ao refletir sobre o modo como o ensino de língua pode provocar o sentimento de estranhamento no sujeito-aluno, fazendo com que o ensino da chamada língua materna se transforme em língua madrasta, escreve:

[...] Apre(e)nder uma língua (estrangeira-materna, materna-estrangeira), incluindo-se aí a “língua da escola”...não significa aprender formas, estruturas, repetir palavras..., mas penetrar em discursividades, ...constituir-se do, pelo e no outro... E dessa experiência “nasce” o sujeito, em constante movimento, em constante mutação... (CORACINI, 2007, p. 146).

Nosso objetivo, neste capítulo, não foi discursivizar sobre ensino de língua, mas valemo-nos da citação de Coracini para defender que o sujeito-leitor que frequenta todo tipo de biblioteca deve “penetrar em discursividades” para poder constituir-se como leitor. Se as bibliotecas têm uma função social, a formação de leitores deve ser a principal, pois, a nosso ver, é muito reducionista aceitar que as bibliotecas funcionem somente como espaços geográficos que armazenam livros selecionados por alguns e para alguns.

Defendemos que as bibliotecas devem funcionar como

espaços discursivos em que sujeitos e sentidos possam se constituir, se (trans)formar e, assim, questionar, por exemplo, por que ler ou não ler Paulo Freire e Marx, no Brasil do século XXI. Esses autores, que circulam em bibliotecas do mundo todo, podem constituir o arquivo de bibliotecas públicas, universitárias, ou bibliotecas especializadas em Educação e Ciências Sociais, ou não? Os gibis podem, ou não contribuir para a alfabetização e as práticas de letramento de milhares de crianças, jovens e adultos, funcionando como porta de entrada para que esses sujeitos passem a frequentar outras bibliotecas, futuramente? Quem pode dizer o que pode e deve ser lido? Eis as questões que nos propusemos a lançar em discurso, neste capítulo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. V.; PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S. Sentidos interditados de leitura na escola e deslocamentos do sujeito: um dizer nas margens. **Revista Pesquisas em Discurso Pedagógico**, Rio de Janeiro, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18845/18845.PDFXXvmi=>. Acesso em: 13 nov. 2016.

ARAÚJO, G. C. de; COSTA, M. A. da; COSTA, E. B. da. As Histórias em Quadrinhos na educação: possibilidades de um recurso didático-pedagógico. **Revista A MARGem: Estudos**, Uberlândia, MG, v. 1, n. 2, p. 26-36, jul./dez. 2008.

BRANCO, L. K. C. Relações discursivas entre espaço, sujeito e língua. In: SCHERER, A. et al. (org.). **Efeitos da língua em discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, p. 117-134.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução: Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

CORACINI, M. J. **A celebração do outro**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERRAREZI, L.; ROMÃO, L. M. S. Leitura, escola e biblioteca na perspectiva discursiva. *In*: ROMÃO, L. M. S. (org.). **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Compacta, 2008. p. 127-146.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007. 152 p.

KLEIMAN, A. B. Introdução: O que é letramento: *In*: KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 15-64.

OLIVEIRA, A. C. C. **Biblioteca especializada Jurídica: campo de atuação para o profissional bibliotecário**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Centro Universitário de Formiga, Formiga, 2013.

ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: da História no Discurso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. Contextos epistemológicos da Análise do Discurso. *In*: Laboratório de estudos urbanos (LABEURB). **Escritos 4**. Campinas: UNICAMP, 1999.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de leitura: da História no Discurso**. Campinas: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). Campinas: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Orlandi *et al.* Campinas: UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. A língua inatingível. In: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso: textos escolhidos** por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

SALASÁRIO, M. G. da C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de Mecânica Precisão – LMP/UFSC. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 104-119, 2000. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/download/683/>. Acesso em: 15 out. 2018.

SUGUIMOTO, D. Y. de. CASTILHO, M. A. de; ASATO, T. A. Gibiteca comunitária: espaço cultural como vetor de desenvolvimento local. **Revista CCCSS: Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], dic. 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/04/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

VERGUEIRO, W. Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da biblioteconomia. **Palavra-chave**, São Paulo, v. 8, p. 8-11, 1994.

VERGUEIRO, W. Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, abr. 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11604>. Acesso em: 5 fev. 2016.